



ALMEIDA, Fortunato de (Vilar Seco, Nelas, 1869 – Vilar Seco, Nelas, 1933)

São contraditórias as indicações relativas ao local de nascimento de Fortunato de Almeida Pereira de Andrade. Moreira das Neves avançou com Folhadal, Coimbra, e Justino de Almeida com Folhadal, no município de Viseu. A referência mais comum, a que parece correta, indica Vilar Seco, Nelas, onde foi batizado e em cujo registo está omissa a referência do local de nascimento que ocorreu a 15 de Abril, tal como sucede com os assentos desse período lavrados pelo mesmo pároco. Tal parece apontar para a coincidência entre a paróquia de batismo e a de nascimento. O mesmo documento di-lo filho de Francisco Manuel de Almeida, suplente do Escrivão do Juízo Ordinário, e Felícia da Anunciação, proprietária. Seria, o que não foi possível confirmar noutras fontes, fruto do segundo casamento do seu pai, dada a referência que aí consta a Maria Miquelina, sua «meia-irmã» e madrinha de batismo.

Os estudos secundários foram realizados no Seminário de Viseu. Abandonando a possibilidade de abraçar o estado eclesiástico, rumou à Universidade de Coimbra, onde se matriculou, no ano letivo de 1890-1891, na Faculdade de Direito. Aí teve como condiscípulos, entre outros, o poeta Fausto Guedes Teixeira e José Ferreira Marnoco e Sousa, que veio a destacar-se como jurista, além da atividade executiva que desempenhou no final da monarquia liberal. Nessa Faculdade coincidiu com António José Teixeira de Abreu, Quirino de Jesus e Afonso Costa, todos em fase mais adiantada do percurso académico. Concluiu o seu bacharelato em Direito no ano de 1896, com a classificação de «Bom com 11 valores». A essa formação juntava a preparação teológica – saber marcado, então, por forte pendor jurídico – que lhe tinha permitido o acesso ao latim e ao francês, em cujo idioma chegou a publicar. O percurso anteriormente realizado no seminário e o clima académico conimbricense ter-se-ão conjugado na definição das suas sensibilidades políticas e ideológicas, propiciando a definição de afinidades e divergências que se manifestaram desde os tempos de Coimbra; quer com elementos da sua Faculdade, quer com alguns dos que, na mesma altura, cursavam teologia, entre os quais se contavam Manuel dos Santos Farinha, Abúndio da Silva, Joaquim Mendes dos Remédios ou António Alves Ferreira, que viria ser bispo da diocese de Viseu. Foi com um estudante de teologia, também da diocese de Viseu, que empreendeu a iniciativa editorial em que se constituiu a *Revista Contemporanea de questões religiosas, científicas, filosóficas, históricas e sociais*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1894-1896): Fortunato de Almeida surge como diretor, sendo o administrador, José Marques Rito e Cunha, eclesiástico aluno de teologia que, entre outros encargos, viria a ser cónego da sé de Viseu. Nesse periódico deu à estampa *A Igreja Católica e a Escravatura*. Conseguiu que Luciano Cordeiro colaborasse com essa revista, versando um dos seus temas recorrentes em *A descoberta da América*.

Essa atividade sinaliza a militância católica de Fortunato de Almeida, que deverá situar-se no quadro do catolicismo integral, referencial identitário basilar, compaginável com tendências de cariz nacionalista de que a componente católica seria elemento essencial, face ao qual a participação político-partidária tenderá a ser instrumental. Essa militância exprimiu-se, também, na atividade de polemista, concretizada, entre outros elementos, na crítica à tese defendida por Afonso Costa que versava a encíclica de Leão XIII *Rerum Novarum* (1891). Com *A questão social: reflexões à dissertação inaugural do Senhor Afonso Costa* (1895, o mesmo ano em que a tese do futuro líder do Partido Republicano Português foi defendida) regressava a um tema polémico, então candente: o lugar e o enquadramento político do papado, bem como a reclamação católica da respetiva liberdade que exigiria o exercício do poder temporal do bispo de Roma sobre um território autónomo; Fortunato de Almeida tinha-se ocupado do tema quando, em 1890, procedeu à tradução de *A verdade sobre a questão romana*.

Terminados os estudos superiores, enveredou pela carreira docente, estabelecendo-se profissionalmente, após concurso, como professor do Liceu Central de Coimbra, depois Liceu José Falcão. Nessa condição fez parte do corpo de professores da Escola Normal Superior, encarregado da secção de ciências histórico-geográficas.

Repartiu a sua atividade entre a docência e a produção historiográfica, âmbitos que mutuamente se influenciaram, como se percebe ao considerar o elenco das suas publicações, que atingiram um número expressivo. Para a historiografia mostrara inclinação e apetência desde os tempos da Faculdade, pelo menos. Ainda não tinha terminado o bacharelato em Direito quando, com 25 anos, vê publicada a monografia significativamente intitulada *O Infante de Sagres* (1894). Memória laudatória desse membro da ínclita geração, foi agraciada com um dos prémios do concurso realizado por ocasião do quinto centenário do nascimento de D. Henrique. Nesse primeiro empreendimento historiográfico é perceptível a influência de Oliveira Martins que, com Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, integrava o júri do concurso. Da influência Martiniana se afastaria, depois, no tocante à conceção do que deveria ser o trabalho do historiador; como se afastou do carácter épico que resulta do seu retrato do infante, bem como das efabulações acerca da suposta escola de Sagres. Embora matizada, a visão em torno do pioneirismo português na expansão marítima, que perfilhou nesse estudo embora fosse hipótese há muito questionada, manteve-se na sua produção posterior, denunciando preocupações de exaltação nacional – então transversal a vários quadrantes políticos e intelectuais –, tema a que voltou noutros moldes com *La découverte de l'Amerique: Pierre d'Ailly et Christophe Colomb: les voyages des portugais vers l'Ouest pendant le XVe siècle* (1913).

Foi intensa a produção bibliográfica nos anos subsequentes à assunção de funções letivas e,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

maioritariamente, sua subsidiária, tanto nos âmbitos abordados quanto na forma que tomaram. De facto, desde 1896, pelo menos, ano da publicação de *História antiga dos povos orientaes*, veio a lume uma série de manuais da sua lavra. Aquela obra, que atingiu a 3.^a edição em 1904, insere-se num conjunto de produções de cunho didático, funcionais à sua atividade profissional, que revelam algumas das características que marcaram, também, o estilo da sua historiografia: a feição erudita, alicerçada num amplo conhecimento bibliográfico, a pormenorizada meticulosidade e o detalhe no apuramento dos factos serviam a clareza e robustez das sínteses. Constituem, por isso, um conjunto de características que o destaca, sobretudo, como autor de divulgação científica fiável, e que terá contribuído para o seu impacto, verificado, também, no variado número de edições que atingiram. Por isso, mais que pela originalidade interpretativa ou o levantamento de novas hipóteses analíticas. Tal coaduna-se com o escopo historiográfico que abraça, dando primazia ao apuramento dos factos, servido pelo suporte documental de natureza probatória, face ao qual o trabalho hermenêutico é secundarizado. Para lá da obra assinalada, elabora uma *Historia antiga da Grecia e de Roma* (desconhece-se a data da 1.^a edição, sendo que a 2.^a publicou-se em 1897, chegando à 6.^a em 1904) e uma *Historia da Edade Média, Moderna e Contemporanea* (1898, com 4.^a edição em 1905). O seu *Curso de história de Portugal* publicou-se pela primeira vez em 1899, alcançando a 10.^a edição em 1945. Ampla difusão tiveram, também, o *Curso de história universal* e o *Curso de geografia física e política*. Não se encontraram referências relativas às primeiras edições de ambos, sabendo-se, porém, que a primeira obra alcançou a 6.^a edição em 1925. Quanto ao referido manual de geografia, teve a 2.^a edição em 1910, atingindo a 13.^a em 1927. O caso da sua *História das instituições em Portugal* (1900) é paradigmático do impacto que tiveram as suas publicações deste jaez, tal como da adequação aos moldes didáticos coevos: a 2.^a edição, datada de 1903, sai com a chancela de aprovação oficial para o curso dos liceus.

A geografia, então disciplina geminada com a história, foi alvo de publicações de feição idêntica. Em 1902 editou *Principios scientificos de geografia*. Seguiram-se as *Chronicas geographicas: estudos de actualidade* (1905), obra que tem a particularidade de revelar as suas afinidades partidárias, situando-o próximo do Partido Regenerador e, no quadro político em que surge, apoiante da dissidência protagonizada por João Franco, a quem é dedicada. A *Nomenclatura geográfica: subsídios para a restauração da toponymia em língua portuguesa* (1908, com 2.^a edição corrigida e aumentada em 1928), reforça a relevância assumida entre as suas preocupações intelectuais do que considerava ser a defesa da nacionalidade, tema recorrente na sua produção. O âmbito geográfico estaria presente, ainda, em *Portugal e as Colónias Portuguesas* (1918), cujo principal mérito residiria na bibliografia que carrou sobre a temática.

O final da primeira década do século XX parece ter constituído um momento de viragem para Fortunato de Almeida. Se bem que, mesmo no período anterior, as atividades de natureza política surgissem secundarizadas em função da sua militância católica, desconhecem-se, após o triunfo da República, atuações daquele âmbito. Esta, pelo contrário, manteve-se, tendo expressão, entre outros elementos, na colaboração com *Lusitania – Revista Catholica Mensal*, dirigida por Francisco de Sousa Veloso e que tinha Manuel



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Gonçalves Cerejeira como editor. Nela publicou, como «excerto inédito da História da Igreja em Portugal», *A Reforma Protestante e as irreverências de Gil Vicente* (Anno I, n.º 4, 1914). Procurava rebater, por um lado, as «fantasmagorias históricas» de Teófilo Braga que vira no «poeta da corte» um «precursor de Erasmo» (p. 207); e, por outro lado, o «aparato de erudição e igual firmeza de critério histórico» (p. 210) que, em seu entender, se revelavam nas *Notas Vicentinas* (1912) de Carolina Michaëlis Vasconcelos. Discutia-se a instituição inquisitorial – matéria em que avançou com precaução, mesmo em obras posteriores – e, a esse propósito, o papel da Igreja Católica e dos seus agentes. Destacando a singularidade das cortes ibéricas no panorama da cristandade, aponta incongruências cronológicas relativamente aos aspetos que a autora percebia, na obra do dramaturgo, como integrantes do clima que teria conduzido às reformas religiosas do século XVI e, nesse quadro, tenta rebater a hipótese de que o ambiente censório e inquisitorial teria estado na origem da retirada da corte por parte do bardo.

Mantendo o exercício da docência, o período posterior a 1910 centrou-se, no que concerne à atividade historiográfica, na elaboração das suas duas obras unanimemente consideradas mais relevantes, a saber: a *História da Igreja em Portugal (HIP)*, obra em 8 volumes que começou a publicar em 1910, e a *História de Portugal (HP)*, cujo início da publicação data de 1922, compreendendo 6 volumes, não tendo vivido para escrever o último previsto, que deveria abarcar o período da República. A restante produção desse período parece resultar dos trabalhos necessários a estas duas publicações que partilham um conjunto de características definidoras do posicionamento e do método historiográfico do seu autor.

Em primeiro lugar, permitem situá-lo no quadro da que tem sido chamada historiografia erudita, seguindo na pegada de Gama Barros, cujo trabalho apreciava e que veio a ser alvo da sua atenção em *Gama Barros e a História da Administração Pública em Portugal* (1921). A preocupação de rigor centrava-se no «exato conhecimento dos factos» que deveriam subtrair à «fantasia» do historiador a dedução das «circunstâncias históricas», como pode ler-se no prefácio à *HIP*. A positividade do suporte documental, que o aproximava de Herculano – a quem consagrou uma conferência proferida e publicada em 1910 –, seria a tarefa essencial do trabalho historiográfico, o que se afigura consistente com o trabalho que levou a cabo nessa obra. As suas circunstâncias, porém, afastavam-no da incidência arquivística desenvolvida pela investigação de Gama Barros, do que tinha plena consciência. No prefácio citado esclarece, com clareza, que lançou mão, sobretudo, de bibliografia publicada, coligindo materiais «dispersos em centenas de volumes». Empreender uma obra desta dimensão, compaginando-a com as tarefas letivas, seria incompatível com um trabalho extenso de identificação, análise e tratamento de fontes primárias de arquivo, que nesta obra se limitou «a determinadas épocas e assuntos». Tenha-se em conta, também, que a produção da obra correspondeu a um período de dispersão da documentação entre os arquivos civis e eclesiásticos, o que só aumentaria a dificuldade assinalada. Além disso, considerava que uma obra desse cariz excedia «as forças de um só homem». Na sua ótica, a *HIP* correspondia ao «primeiro passo» de delinear a «traça do edifício» que teria de ser acabado com o contributo dos «muitos» que carreassem materiais para a sua construção. É muito



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

questionável, para dizer o mínimo, a sua afirmação acerca do trabalho de «coordenação» dos materiais já publicados em diversas coleções e que, «procurados com diligência e aproveitados criteriosamente», poderiam chegar para a «formação completa e talvez definitiva de muitas páginas da história eclesiástica de Portugal», posição que se compreende dada a sua minimização da tarefa especificamente hermenêutica do trabalho historiográfico. Assim, a obra prima pelo esforço de rigor no estabelecimento dos factos. Essa preocupação estendeu-se para lá de completada a publicação da obra, como dão conta as atualizações que, em face de nova bibliografia entretanto surgida, se preparava para fazer na segunda edição da obra. Algumas dessas alterações estão incorporadas e assinaladas na edição de 1967, a que hoje é mais facilmente acessível e citada, preparada por Damião Peres a partir do exemplar anotado da 1.^a edição pertencente ao próprio Fortunato de Almeida. Em segundo lugar, a *HIP* mostra o cuidado didático na sistematização das matérias e na sua apresentação. Por fim, a sua organização interna é devedora da perspetiva coeva que, do fenómeno religioso, valorizava, sobretudo, a sua dimensão institucional. Essa característica é reforçada pela periodização que segue o desfilar cronológico dos reinados, que não seria alheia a tentativa de destacar o relevo que a Igreja Católica teria tido na evolução histórica de Portugal. Embora não sejam estranhas à tarefa de escrever a *HIP* a sua militância católica e as sociabilidades dela devedoras que terão contribuído decisivamente para a construção da sua mundividência, a obra resultou dos «conselhos e incitamentos» de um dos seus mais «queridos e ilustres mestres», José Joaquim Lopes Praça, o que terá ocorrido «mal [...] saía dos bancos da Universidade». Além das motivações identitárias e da persuasão de Lopes Praça, a investigação sobre matéria religiosa decorria do seu entendimento acerca do próprio trabalho historiográfico, que não podia descurar esse âmbito sob pena de prejudicar a compreensão de «muitas páginas da nossa história política e social», o que, em seu entender, acontecia por «não se ter estudado devidamente a história eclesiástica» do país. Apesar das limitações impostas por algumas das suas características, Fortunato de Almeida ensaia algumas incursões temáticas inovadoras, seja na atenção que reserva à situação das comunidades judaicas e islâmicas, ou nas expressões e práticas religiosas tidas por heterodoxas, como as superstições e a magia, bem como na análise dos rendimentos dos eclesiásticos, aspetos dos seus costumes, das suas carreiras, da sua formação e produção intelectual. Alguns destes aspetos, que só o trânsito da história eclesiástica à história religiosa viria a consolidar como objetos da investigação, têm aí os primeiros contributos no quadro historiográfico nacional. Muitas das temáticas aí enunciadas aguardam, ainda, investigações aprofundadas. Como carece de robustecimento parte significativa das sínteses biográficas que fez sobre os prelados portugueses. À distância de mais de cem anos, torna-se tão saliente o esforço feito, quanto o atraso do panorama historiográfico nacional, pela incapacidade de superar as limitações da obra de Fortunato de Almeida, no que à problemática religiosa concerne, considerando a sua concatenação com a história política, socioeconómica e cultural. A colaboração de Fortunato de Almeida no *Dictionnaire d'Histoire et Géographie Écclesiastique* (1912) não terá sido alheia ao reconhecimento da preparação do autor para elaborar sínteses sobre essas matérias que a *HIP* lhe granjeou.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Uma década depois começou a ser publicada a segunda das obras referidas, a *História de Portugal*. Partilha com a *HIP* algumas características que, paradoxalmente, podem ser compreendidas como aspetos que contribuíram para que, por um lado, a historiografia portuguesa subsequente a tivesse superado, e, por outro lado, tivesse longa posteridade editorial, datando a última edição de 2018, sob apresentação e coordenação de José Manuel Garcia. Assim, a insistência na periodização por reinados, a que acresce o sumário sobre o monarca e a família real no final de cada um desses apartados, significava um passo atrás no avanço metodológico que a atenção aos desenvolvimentos políticos e socioeconómicos como critérios de periodização tinha representado com Herculano ou Oliveira Martins, como foi notado por Sérgio Campos Matos (Cf. ALMEIDA, Pereira de Andrade, FORTUNATO DE», *Dicionário de Educadores Portugueses*). Todavia, a funcionalidade didática dessa opção, aliada à persistência da visão tradicional sobre a singularidade dos Grandes Homens, poderá ter contribuído para a longevidade da sua *HP*. A isso acresce uma certa perspetiva sobre o percurso da Nação, combinando uma suposta grandeza com uma presumida decadência resultante de influências desnacionalizadoras que continua a ter alguma adesão intelectual. A este propósito, são eloquentes as palavras de Caetano Beirão, para quem a obra era fruto de um trabalho «consciencioso, calmo, objetivo, documentado, se bem que por vezes excessivamente superficial», o que contrastaria com as obras de anteriores, que vertiam uma «história deturpada e afeita ao seu idealismo bastardo, às suas conveniências políticas», tanto pela «democracia azul-e-branca, primeiro», quanto pela «democracia verde-e-encarnada, depois». Assim, resultava numa «História para ensinar os portugueses a ser portugueses». O mesmo Beirão, no entanto, aproximava-a das obras de Pinheiro Chagas, Sousa Monteiro e Latino Coelho, «sem o estilo mágico dum Oliveira Martins», dizendo-a toldada pela «paixão política» por não caucionar a reivindicação da legitimidade dinástica de D. Miguel. Estava, assim, distante do nacionalismo dos integralistas, que teve também em António Sardinha, um crítico contundente da obra, considerando-a de exagerada erudição e resumando superficialidade analítica. Em sentido contrário, poderá ser apreciada pelo carácter sintético, condensando informação detalhada, servida por narrativa pormenorizada e sistematização cuidada de ampla recolha bibliográfica, com frequentes citações, não raras vezes extensas, das fontes que usa, secundarizando a atividade interpretativa do historiador, como se o texto citado tudo dissesse. A exigência de suporte documental conduziu-o, como no caso da Escola de Sagres, a uma evolução na sua historiografia, discernindo lendas de factos, rejeitando alguns dos elementos que reforçavam a tradicional leitura providencialista da história do país, como o milagre de Ourique. Ainda assim, a leitura sobre o percurso da nação não resulta desprovida de elementos essencialistas, combinados com uma perspetiva decadentista resultante das influências externas que contaminariam a índole da pátria. Tal resulta claro na avaliação de alguns episódios, como no caso de algumas das reformas religiosas empreendidas pelos sectores liberais mais radicais, atribuídas à influência da Maçonaria e ao «espírito jacobino» que teria sido «importado» de França.

A *HP* constituiu o culminar do percurso intelectual feito por Fortunato de Almeida nas décadas anteriores,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

um apreciável esforço de síntese do intenso trabalho de recolha bibliográfica entretanto realizado, preparado pelo referido manual de 1899 e o *Esboço de História de Portugal: com episódios, biografias e tradições* que saiu em 1920, escassos dois anos antes do início da obra em apreço.

Para lá da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa, foi membro efetivo do Instituto de Coimbra desde 1896. Nessa instituição foi, por diversas vezes, Secretário da classe de Literatura, Belas Letras e Artes entre 1910 e 1923, tendo integrado a Comissão de redação especial da Revista *O Instituto*, a partir de 1924. Participou ativamente na Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos lançada por Fidelino de Figueiredo, publicando na *Revista de História* alguns dos estudos conexos à elaboração das suas duas obras maiores, como *A Questão do Apresamento da Barca «Charles et George»* e o *Conselho de Estado* (1917), *Subsídios para a História Económica de Portugal* (1920) – uma apreciação da política pombalina nesse âmbito. Foi agraciado com a condecoração «Pro Ecclesia et Pontifice», a mais alta condecoração que a Santa Sé atribui a um leigo.

Bibliografia ativa: ALMEIDA, Fortunato de, *O Infante de Sagres. Obra premiada no concurso de memórias sobre o Infante D. Henrique por ocasião das festas do quinto centenário do nascimento do mesmo infante*, Porto, Livr. Portuense/Lisboa, Sá da Costa, 1894; *História das instituições em Portugal*, Porto, Livr. Magalhães & Moniz, 1903; *Alexandre Herculano Historiador: Conferência celebrada no Lyceu Central de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910; *História da Igreja em Portugal*, 8 volumes, Coimbra, Imprensa Académica, 1910-1922; IBIDEM, Nova edição preparada por Damião Peres, 4 volumes, Porto, Portucalense, 1967; *La découverte de l'Amérique: Pierre d'Ailly et Christophe Colomb: les voyages des portugais vers l'Ouest pendant le XVe siècle*, Coimbra, França Amado, 1913; *D. Francisco Alexandre Lobo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918; *Gama Barros e a «História da Administração Pública em Portugal»*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921; *História de Portugal*, 6 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922-1929.

Bibliografia passiva: ALMEIDA, Justino Mendes de, «Fortunato de Almeida. O Homem e o Historiador», Separata dos *Anais*, II Série, Vol. 31. Lisboa, 1986; BEIRÃO, Caetano, *O problema da Sucessão do Rei D. João VI na «História de Portugal» do Sr. Fortunato de Almeida*. Separata da «Nação Portuguesa», Lisboa, 1931; BRITO, Ricardo Pinto de Carvalho Paulo, *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*, Dissertação de Mestrado em História (Moderna e Contemporânea), Lisboa, Faculdade de Letras, 2012; FERREIRA, Lúcia Rodrigues Ferreira, *Instituto de Coimbra. Percurso de uma academia*, Coimbra, Projecto Instituto de Coimbra, 2012; MATOS, Sérgio Campos, «Continuidades e rupturas historiográficas: o caso português num contexto peninsular (c. 1834 – c. 1940)», MATOS, Sérgio Campos e JOÃO, Maria Isabel (Orgs.), *Historiografia e «Res Publica»*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade de Lisboa, pp. 131-180; IDEM, «ALMEIDA, Pereira de Andrade, FORTUNATO DE», *Dicionário de Educadores*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugueses, Porto, Asa, 2003, pp. 63-65; IDEM, «Historiografia II. Contemporânea», AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, pp. 368-374; M. N. [NEVES, Moreira das], ALMEIDA, Fortunato de, ANDRADE, António Alberto Banha de (Dir.) – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Lisboa, Editorial Resistência, pp. 127-129.

Sérgio Ribeiro Pinto